

EDUCAÇÃO ESPECIAL: A INCLUSÃO ESCOLAR DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CÁCERES

Rodrigo Barretto Vila¹
Aline Cezário Coutinho²
Cristiane Tenuta Cabral²
Fernanda Silva de Oliveira²
Mônica de Paula²
Rodrigo do Espírito Santo Barbosa²
Thaysa do Espírito Santo Rosa²

RESUMO

Este artigo tem como finalidade verificar Instituições Educacionais da Rede Pública na zona urbana do município de Cáceres – Mato Grosso para identificar se possuem Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (ANEE) matriculados e Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) que ofereça o Atendimento Educacional Especializado (AEE) que garantam a inclusão de alunos com necessidades especiais, além de constatar se os professores são qualificados para atender esses alunos. Para a realização deste trabalho foi utilizada pesquisa qualitativa aplicando questionários aos professores da Rede Pública Estadual e Municipal. Os dados coletados foram analisados a luz das contribuições teóricas da Constituição Federal (1998), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil (1990), Decreto nº. 7.611 (2011), entre outros. O estudo busca contribuir com reflexão acadêmica que possibilite aos educadores repensarem as formas de atendimento de ANEE, inseridos no Ensino Regular.

Palavras-chave: Educação. Inclusão. Direitos.

INTRODUÇÃO

A inclusão é um termo que traz muitas discussões principalmente quando se trata da integração escolar dos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (ANEE). É garantido o direito a educação dos ANEE nas escolas de ensino regular pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) através das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). Esse tipo de atendimento proporciona a eles, através de práticas pedagógicas de professores qualificados, uma alfabetização de acordo com as suas necessidades.

¹ Professor orientador

² Acadêmicos do Curso de Administração da Faculdade do Pantanal (FAPAN). Artigo realizado sob a orientação do Prof^o. Ms. Rodrigo Villa Barreto.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº. 9.394/96, artigo 58, dispõe sobre a Educação Especial como uma modalidade da educação escolar, preferencialmente oferecida na rede regular de ensino, que englobe alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação garantindo um atendimento educacional especializado de acordo com suas necessidades. Embasado nesta Lei, na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Decreto nº 7.611/11 e Documentos relacionados à Educação Especial, este trabalho foi realizado. Seu objetivo é verificar Instituições Educacionais da Rede Pública na zona urbana do município de Cáceres – Mato Grosso para observar se possuem ANEE matriculados e SRM com mobiliário adequado e AEE que garantam a inclusão desses alunos, além de constatar se os professores estão qualificados para atender as necessidades específicas dos alunos.

1 EDUCAÇÃO: UM DIREITO DE TODO SER HUMANO

A Educação é um direito de todos. Segundo a Constituição Federal em seu artigo 205, este é um dever da família e do Estado, para que a pessoa se desenvolva, prepare para exercer o seu papel de cidadã e se qualifique para o trabalho (BRASIL, 1988).

Dentre as modalidades da Educação Básica no Brasil está a Educação Especial que tem como objetivo servir de apoio, complemento ou suplemento para que o aluno percorra todas as etapas e os níveis de Educação Básica, já a Educação Inclusiva é um processo que amplia a participação de todos os estudantes nas instituições do ensino regular e tem como objetivo perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os alunos, em salas de aulas comuns promovendo a aprendizagem, desenvolvimento e a inclusão social desses alunos.

2 EDUCAÇÃO ESPECIAL: POLÍTICAS PÚBLICAS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Para Gardner (1999), “A educação precisa justificar-se realçando o entendimento humano... Todos os indivíduos têm potencial para ser criativos, mas só serão se quiserem”. Sendo assim, toda pessoa é capaz de desenvolver suas

inteligências de acordo com suas particularidades, até mesmo aquelas com necessidades educacionais especiais, visto que cada uma possui um potencial.

Para que haja a inclusão escolar dos ANEE torna-se necessária a busca por uma política nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Dessa forma, foi criado um documento pelo Grupo de Trabalho, nomeado pela Portaria nº. 555/07 (prorrogada pela Portaria nº. 948/07), do Ministério da Educação cujo objetivo é assegurar a inclusão escolar desses alunos, visando à orientação do sistema de ensino a fim de garantir:

Acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (MEC/SEESP, 2008, p. 14).

Dessa maneira, fica explícita que a Educação Especial não substitui o ensino regular. Ela complementa, dando aos alunos apoio necessário às suas necessidades através do Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). Sendo assim, a qualificação dos professores é de suma importância para um atendimento adequado a esses alunos, bem como a inclusão nas classes comuns, acessibilidade nos prédios escolares e mobiliários adequados que garantam um ensino de qualidade.

3 EDUCAÇÃO ESPECIAL EM CÁCERES

De acordo com a Resolução Normativa nº 001/2012 do Estado de Mato Grosso, artigo 6º, “no Sistema Estadual de Ensino, a educação especial será ofertada, nas redes públicas e privada, através dos serviços de apoio pedagógico especializado e demais serviços especializados” (CEE/MT, 2012, p. 2). Tais serviços de apoio pedagógico especializado são dedicados a alunos com necessidades educacionais especiais (ANEE), matriculados no ensino regular cujo atendimento será desenvolvido em classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais (SRM), ou em centros de atendimento especializado da rede pública, da rede privada e/ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins

lucrativos (inciso I). Além disso, o AEE deve ser realizado, prioritariamente, nas SRM da própria escola ou de outra de ensino regular, no período inverso da escolarização, não substituindo as classes comuns (inciso III).

A Educação Especial é uma modalidade importantíssima quando se refere à inclusão escolar dos ANEE. Para averiguar se havia reais condições de inclusão desses alunos foi realizada uma pesquisa nas escolas públicas do município de Cáceres – Mato Grosso da zona Urbana cujo objetivo era observar se as escolas possuem ANEE matriculados e Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) que ofereça Atendimento Educacional Especializado (AEE) que garantam a inclusão desses alunos, além de constatar se os professores são qualificados para atender as necessidades desses alunos.

Para a realização deste trabalho foi utilizada pesquisas qualitativas envolvendo questionários, análise de dados, visitação às unidades escolares e órgãos responsáveis. Foram visitadas 32 escolas, sendo 12 escolas da Rede Estadual e 20 escolas da Rede Municipal (ANEXO 1). Das 32 escolas públicas, 6.250 alunos estão matriculados na Rede Municipal e 11.093 na Rede Estadual (ANEXO 2). Foi possível verificar que dos 17.343 alunos matriculados na Rede Pública (Fnde 2012), 225 são ANEE correspondendo a 1% de todos os alunos (ANEXO 3). Do total de alunos ANEE matriculados 32% estão na Rede Municipal e 68% na Rede Estadual (ANEXO 4).

No município de Cáceres algumas escolas dispõem de SRM que oferecem o AEE, garantindo a inclusão e o atendimento necessário para todas as particularidades dos alunos. Verificou-se que 60% das escolas municipais não possuem salas do AEE (ANEXO 5), assim como 42% das estaduais (ANEXO 6). Deste modo, as que possuem, 85% dos ANEE são atendidos pelo AEE nas escolas municipais (ANEXO 7) e 76% nas escolas estaduais (ANEXO 8). Porém, os 15% dos ANEE são atendidos em salas comuns nas escolas municipais (ANEXO 7) e os 24% nas escolas estaduais (ANEXO 8). É interessante reiterar que algumas escolas possuem ANEE e não há salas do AEE, mas esses alunos são atendidos em outras escolas que oferecem esse tipo de atendimento. Das escolas que possuem sala do AEE somente 37% das escolas municipais possuem mobiliário adequado (ANEXO 9). Já as estaduais, todas que possuem AEE têm mobiliário adequado (ANEXO 10) para atender as necessidades de cada aluno.

A maioria dos professores das escolas públicas de Cáceres não possui qualificação profissional adequada para atender os ANEE totalizando 56% da Rede Municipal (ANEXO 11) e 36% da Rede Estadual (ANEXO 12). Apenas 44% dos professores municipais são aptos a atender esses alunos (ANEXO 11), enquanto que 64% dos professores estaduais possuem qualificação (ANEXO 12).

A educação especial possibilita aos ANEE, ao completarem 18 anos, uma oportunidade de escolarização, formação para inserção no mercado de trabalho e no convívio social, tanto na modalidade Educação Jovens e Adultos (EJA), quanto na Educação Profissional (CEE/MT, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os resultados obtidos através das pesquisas realizadas nas escolas públicas de Cáceres, constatou-se que grande parte das escolas municipais não possuem SRM e aquelas que possuem há um déficit grande de mobiliário que dificulta o atendimento dos ANEE pelo AEE. Vale ressaltar que a pesquisa foi embasada em alunos com laudos, haja vista que muitos alunos necessitam do AEE, mas que não podem desprover desses recursos porque não possuem laudos sendo uma queixa de grande parte das escolas. Isso acontece pela falta da equipe multifuncional para a realização de diagnósticos desses alunos.

O professor especializado nessa área tem um papel importantíssimo nas salas do AEE pelo fato de atender os ANEE através de práticas pedagógicas que proporciona uma alfabetização de acordo com suas necessidades. É de suma importância a qualificação profissional para que esse atendimento ocorra de forma adequada.

De fato, as escolas públicas de Cáceres enfrentam essa problemática devido à inclusão escolar dos ANEE. É preciso que os órgãos responsáveis se atentem para esses problemas de forma a solucioná-los, garantindo mais SRM e infraestrutura adequada nas escolas.

Mesmo que haja uma política educacional especial com essa perspectiva conceitual transformadora, a inclusão desses Alunos com Necessidades

Educacionais Especiais (ANEE) ainda está precária quando se refere à educação brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Decreto nº. 7.611, de 17 de novembro de 2011. Brasília: 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.

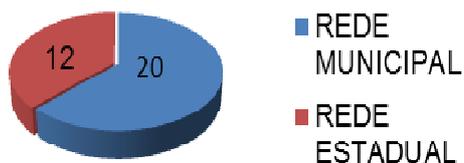
BRASIL. Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso. Resolução Normativa nº 001 de 2012. Fixa normas para oferta da Educação Especial na Educação Básica do Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso. Disponível em: <http://www.cefaprocaceres.com.br/images/stories/RESOLUO_CEECEB_N_01-2012_-_EDUCAO_ESPECIAL_I.pdf>. Acesso em: 01 de maio de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2012. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.PDDEREX_4_PC?p_ano=2012&b_ver=3&p_cgc=03214145000183&p_tip=P&p_prog=02>. Acesso em: 02 de maio de 2013.

GARDNER, Howard. Inteligência: Um Conceito Reformulado. Tradução por Adalgisa Campos da Silva. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999. 348 p. Tradução de: Intelligence Reframed.

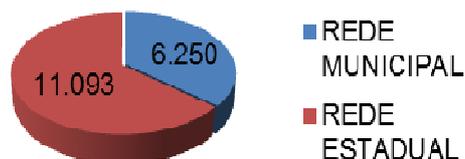
ANEXOS

Número de Escolas Públicas visitadas da Zona Urbana do município de Cáceres



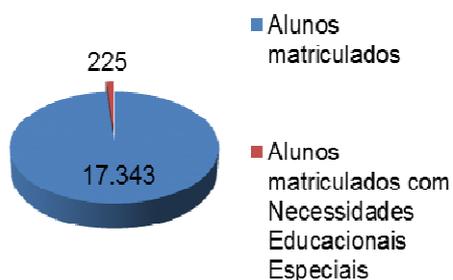
ANEXO 1 – Fonte: (Barbosa, 2013)

Número de Alunos matriculados nas Escolas Públicas



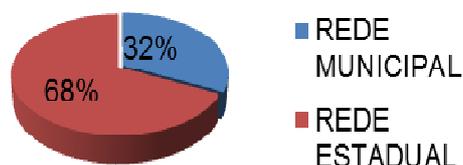
ANEXO 2 - Fonte: (Barbosa, 2013)

Relação de alunos matriculados nas Escolas Públicas do município de Cáceres



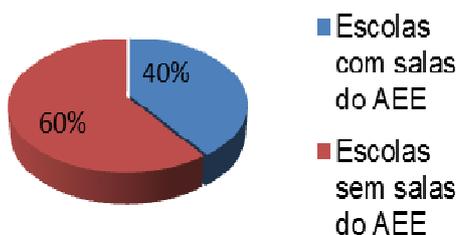
ANEXO 3 – Fonte: (Barbosa, 2013)

Alunos NEE matriculados na Rede Pública



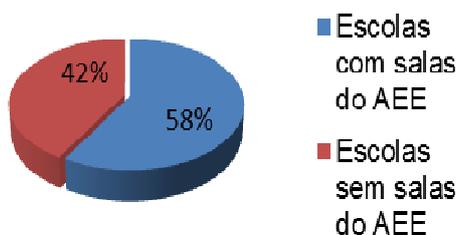
ANEXO 4 – Fonte: (Barbosa, 2013)

Salas do AEE na Rede Municipal



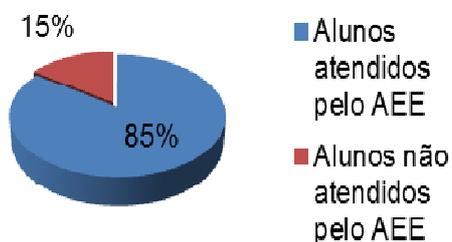
ANEXO 5 – Fonte: (Barbosa, 2013)

Salas do AEE na Rede Estadual



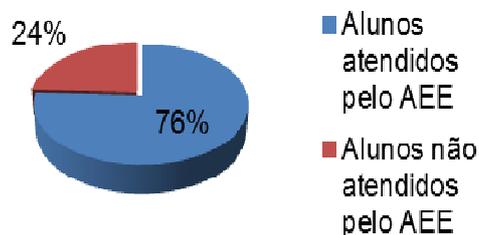
ANEXO 6 – Fonte: (Barbosa, 2013)

Salas de Atendimento Educacional Especializado na Rede Municipal



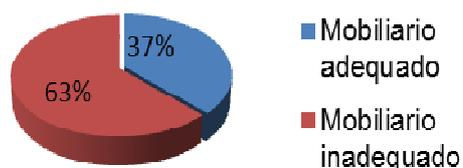
ANEXO 7 – Fonte: (Barbosa, 2013)

Salas de Atendimento Educacional Especializado na Rede Estadual



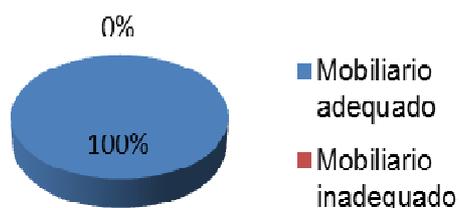
ANEXO 8 – Fonte: (Barbosa, 2013)

Mobiliário nas salas do AEE na Rede Municipal



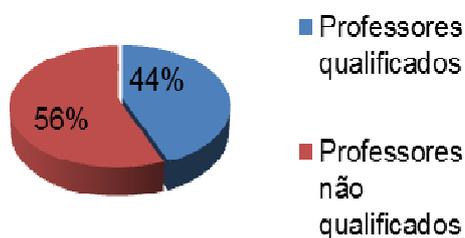
ANEXO 9 – Fonte: (Barbosa, 2013)

Mobiliário nas salas do AEE na Rede Estadual



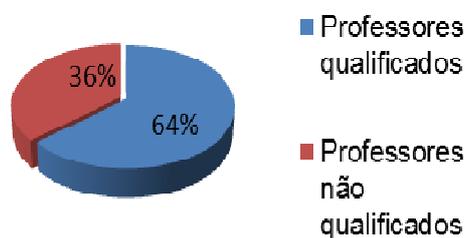
ANEXO 10 – Fonte: (Barbosa, 2013)

Qualificação Profissional da Rede Municipal



ANEXO 11 – Fonte: (Barbosa, 2013)

Qualificação Profissional da Rede Estadual



ANEXO 12 – Fonte: (Barbosa, 2013)

Centro de Educação do Pantanal Ltda
Faculdade do Pantanal – FAPAN
"Formando Vencedores"

Projeto sobre a inclusão escolar dos PNE's nas salas do AEE do Município de Cáceres nas redes Públicas e Privadas da Educação Infantil ao Ensino Fundamental.

Instrutor: Rodrigo Villa Barreto Escola: _____
 Classe: 1º Semestre de Administração _____
 Período: Noturno Data: _____

QUESTIONÁRIO

01 – A escola possui alunos com Necessidades Especiais?

() SIM () NÃO Quantos: _____

02 – A escola possui sala do AEE?

() SIM () NÃO

03 – A sala possui mobiliário adequado?

() SIM () NÃO

04 – Qual é o Tipo da Sala?

() Sala Tipo I () Sala Tipo II

05 – Quanto tempo trabalha com AEE?

() menos de 1 ano () 1 ano () 2 anos () 3 anos () 4 anos ou mais

06 – Possui qualificação para este atendimento? (Justifique sua resposta)

() SIM Qual especialidade?

() NÃO Por que escolheu essa área?

07 – Como adquiriu?

() Pela rede em que trabalha () Por interesse próprio

08 – Que tipo de metodologia é utilizado para atender esses alunos?

